

ARTIGO 2

SIMILARIDADE KEYNESIANA: no comportamento da política econômica no Brasil¹.

Fábio José Vieira da Silva²

RESUMO

O presente artigo tem como propósito apresentar um panorama do resultado das políticas públicas do governo federal, que se assemelham à teoria Keynesiana, um breve apanhado histórico dos governos desde 1950, demonstrando pontos que são relevantes para a comparação com a teoria e seus resultados, evidenciando as similaridades dentro do contexto da dinâmica política adotada no período exposto. Os cenários econômicos abordados trazem uma visão macroeconômica e seus desdobramentos, o comportamento adotado pelas autoridades do governo em relação aos seus antecessores, uma continuidade das políticas adotadas ou ruptura para aplicação de outras vertentes econômicas, mas com similaridades a teoria Keynesiana.

Palavras-chave: Estado; Moeda; Incerteza; Macroeconomia; Keynesianismo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present an overview of the results of the federal government's public policies, which are similar to the Keynesian theory, a brief historical overview of the governments since 1950, demonstrating points that are relevant for comparison with the theory and its results, highlighting the similarities within the context of the political dynamics adopted in the period exposed. The economic scenarios discussed bring a macroeconomic vision and its developments, the behavior adopted by the government authorities in relation to their predecessors, a continuity of the policies adopted or rupture, for the application of other economic strands, but with similarities to Keynesian theory.

Keywords: State; Currency; Uncertainty; Macroeconomics; Keynesianism.

¹Artigo apresentado ao II Encontro Maranhense Economia: Maranhão e Brasil pós-pandemia: impactos, cenários e desafios. Requisito para Comunicação Oral.

² Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail:fabiojv-dasilva@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em uma abordagem panorâmica dos governos brasileiros desde 1950, podemos observar um comportamento de similaridade com a teoria Keynesiana, preocupação com a moeda, a incerteza dos investidores e a questão tempo quando passamos a considerar o período de mandato eletivo da autoridade em exercício, o que leva esses gestores a buscar uma eficiência estatal dentro do prazo de mandato, que na atualidade é de quatro anos. Diante deste cenário, iremos apresentar uma abordagem panorâmica dos resultados das políticas positivas de governos e seus desdobramentos, considerando pontos que são relevantes.

A política econômica no Brasil passou por diversas fases, mas iremos demonstrar que, apesar de várias mudanças e adoção de políticas diferentes, a similaridade com a teoria Keynesiana sempre esteve presente e mais evidente ainda a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em que os pressupostos básicos da teoria, que são moeda, incerteza e tempo, começam a ser trabalhados com uma atenção maior. Neste panorama, atende-se aos interesses internacionais, levando o país a participar de algo grandioso, a globalização, com foco na intervenção estatal na economia, pois, desde então, nota-se a presença de ações que podem ser pautadas na teoria Keynesiana por se assimilarem em seu comportamento.

Tal similaridade também é notada nos governos anteriores ao de FHC, porém não com um grau elevado de similaridade. O cenário internacional ainda não exercia uma influência tão intensa quanto passou a ter após a globalização, pois o Brasil teve de se subordinar aos interesses dos mercados internacionais. Tais ações fizeram com que essa teoria fosse aceita de forma impositiva pelas potências hegemônicas mundiais, logo os países periféricos se subordinaram aos interesses dos países mais desenvolvidos e ficaram sem muitas opções em detrimento da necessidade de participar dessa economia mundial.

A economia mundial traz consigo exigências e particularidades: os países devem atender para poder participar e buscar o que melhor lhes convém dentro de um jogo de interesses, em que as periferias são o foco de extração de riqueza e recursos naturais. Um país como o Brasil tem alguns benefícios por ser uma nação rica em recursos naturais e bem localizado na geopolítica mundial. Deste modo, estas vantagens competitivas

obrigam os governos a terem um cuidado especial com a macroeconomia, subordinada ao Estado, que por sua vez sofre pressões internas e externa para tomar decisões e buscar o equilíbrio dos interesses. Por conseguinte, serão apresentados pontos relevantes das políticas econômicas dos governos brasileiros desde 1950 até a atualidade.

2 PONTOS RELEVANTES DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS GOVERNOS NO BRASIL

Em uma economia cada vez mais política, a doutrina Keynesiana vem para somar com o pensamento do Estado que pode resolver tudo na economia. Ao longo do tempo, com o surgimento das dificuldades econômicas e situações na qual a economia encontra-se em crise, esse pensamento reverbera com força total. A busca pela melhor forma de funcionamento da economia, seja com ou sem a intervenção do estado, não pode abrir mão da democracia que “[...] significa a imposição de limites ao domínio das instituições estatais e aí incluída a gestão ‘econômica’, ou seja, a criação das condições para o jogo da acumulação privada e do enriquecimento [...]” (BELLUZZO, 1993, p. 205).

Mesmo em um Estado democrático de direito, ainda temos conflitos internos que nos levam a situações de desigualdades e exclusões, consequência do neoliberalismo, que deixa de herança para as sociedades a má distribuição de renda, fruto de um sistema capitalista que tem na globalização econômica seu principal viés explorador da mais valia e dos recursos naturais. Nesse contexto, o Estado tem um papel preponderante na proteção dessas explorações, o que faz haver a necessidade de políticas públicas de igualdade e identidade que combatam ou no mínimo amenizem essa exploração, pois “[...] temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza [...]” (SANTOS, 1999, p. 61).

Neste panorama, como amenizar o grau de exploração por parte da iniciativa privada que o Estado permite, podemos ter que o uso dos tributos arrecadados de forma a beneficiar a sociedade como todo é uma forma de compensação para as vítimas desta exploração, que tem na extrafiscalidade uma ferramenta de garantias de direitos e uma forma de assegurar o financiamento de políticas públicas. Pretende-se diminuir a diferença social ou “[...] como criadora de isenções, incentivos, desestimuladora de consumo de produtos ou atividades, apenas com um único objetivo: o de concretizar a justiça tributária social [...]” (SARAIVA; MENDONÇA, 2016, p. 111).

No modelo keynesiano, três pressupostos são básicos: a moeda; o tempo; e a incerteza. Eles determinam o investimento da seguinte forma: a moeda é uma segurança em momentos de elevada incerteza do mercado; o tempo tem a função de regular os estoques de capital; e a incerteza é o que podemos esperar do comportamento do mercado aliado ao inesperado, que é avaliado pela visão de mundo do investidor que permeia o mercado explorado por ele e o quanto estes acontecimentos podem impactar em seus rendimentos. Com isso, temos que o “[...] equilíbrio proposto pelos pós-keynesianos depende das expectativas de curto e longo prazo dos agentes [...]” (CASAGRANDE, 1993, p. 102).

No Brasil, o comportamento Keynesiano é antigo, e pesquisas mostram que entre 1950 a 1979 o foco nas decisões era de cunho político com contribuições jurídicas e culminou no crescimento exponencial do investimento público. Com isso, para Reis (2008, p. 74), “[...] houve enorme expansão das empresas estatais e a construção de mecanismos variados para o seu financiamento, destacando-se a vinculação de tributos às suas receitas [...]”. A necessidade de consumo dessas empresas permitiu utilizar as compras estatais para estimular a demanda e consentiu às empresas utilizar sua capacidade produtiva ociosa e gerar receita e crescimento.

Nas décadas de 80 e começo dos anos 90, o cenário não era otimista, e os resultados deixaram a desejar ao apresentarem um baixo desempenho no crescimento da formação bruta de capital fixo (FBCF). Neste fenômeno, foi observada uma relação com a demanda efetiva, o que para Grasel e Santana (2011, p. 112) é “[...] resultante do aumento da instabilidade (reduz a demanda efetiva pelo aumento da poupança para fins de precaução), na redução da massa e dos salários reais e dos gastos públicos [...]”. Estes acontecimentos alteraram a dinâmica e inviabilizaram os investimentos, que por sua vez não são realizados e, em efeito cascata, atrapalham os investimentos em andamento.

O Brasil de 1995 a 2003, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso (FHC), teve algumas mudanças na macroeconomia, como: plano real, que sobrevalorizou a moeda nacional; abertura comercial, que se deu em um cenário de um país despreparado, acarretando em desequilíbrio da balança comercial, levando ao aumento das importações; a utilização da taxa de juro como instrumento de controle da inflação, o que trouxe equilíbrio de forma temporária. A consequência foi que “[...] todos esses fatores tornaram-se fortes restrições à retomada do crescimento e desenvolvimentos econômicos e contribuíram para o fraco desempenho do PIB ao longo do Governo FHC [...]” (COSTA, 2005, p. 60).

Dentro deste contexto, o governo efetuou uma verdadeira reforma do Estado brasileiro, adotando políticas de privatizações, o que no momento parecia interessante. Logo, constatou-se que grande parte das empresas vendidas era do segmento de atividades estratégicas com boa lucratividade. Além disso, o plano era alterar o marco legal, criar ambiente político favorável à privatização e oferecer as empresas estatais a baixo custo, o que favorecia o surgimento de um cenário para atração de capital em especial o estrangeiro, pois, para Rodrigues e Jurgenfeld (2019, p. 416), “[...] os leilões revelaram o interesse do capital internacional em setores estratégicos e essenciais para a soberania do país [...]”.

Outro ponto da reforma do Estado brasileiro foi a política de regulamentação dos setores por intermédio da criação de agências regulamentadoras, tendo como alvo assegurar que as empresas tivessem igual nível de competitividade no mercado, proteger os interesses dos consumidores, fomentar o investimento privado garantindo sua qualidade e rentabilidade, buscar o equilíbrio entre os stakeholders e seus clientes, evitando os abusos de poder econômico dentro das ações estabelecidas para a exploração do setor. Para Rothen e Barreyro (2008, p. 131). “[...] as agências reguladoras, no discurso oficial, teriam como característica principal a autonomia em relação ao Estado [...]”. Portanto, essas agências não sofreriam pressão do poder econômico dos stakeholders.

Também tivemos na década de 90, o início das políticas de transferência de renda tem por objetivo melhorar a distribuição de renda per capita, que eleva os rendimentos da população e estimula o consumo de massa. No período, alguns programas foram implantados como Bolsa Escola, que tinha por objetivo o controle e diminuição da desigualdade e pobreza extrema. Segundo Resende e Oliveira (2008, p. 261), este programa visava o bem-estar social, utilizando a “[...] transferência de renda para as famílias pobres e a provisão de incentivos ao combate à pobreza futura, através do aumento da frequência escolar entre as crianças participantes”. Em outro momento, início do ano de 2003, agora o Brasil está sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva que começou seu governo garantindo a estabilidade do real, com políticas que segundo Ghiorzi (2005, p. 73) foram adotadas para “[...] elevação da taxa de juros, da meta para o superávit primário e do compulsório sobre depósitos à vista [...]”. Assim, deu-se continuidade ao modelo de gestão do governo anterior no intuito de acalmar os ânimos do mercado. Estas ações surtiram efeitos positivos e permitiram o crescimento econômico por intermédio do controle da taxa de juros, mesmo em períodos de uma oscilação do Produto Interno Bruto (PIB).

O governo do partido dos trabalhadores (PT) teve foco no social, e o programa *Bolsa Família* é um exemplo de política adotada. Este programa ganhou destaque pela envergadura que alcançou, pois uma grande parcela da população mais carente foi beneficiada, implicando um resultado positivo quando comparado com a complexidade, paradigmas e implantação desta política pública. O Bolsa Família “[...] combina a busca por crescimento, distribuição de renda e inclusão social, mostrando que, quando as políticas social e econômica estão alinhadas, o efeito de ambas é multiplicado” (CAMPELLO; NERI, 2013, p. 23).

Em outro momento do governo Lula, fez-se o programa *Fome Zero*, que teve como diretriz erradicar a fome no Brasil e contribuiu para o desenvolvimento social ao agir de forma direta nas questões de insegurança alimentar e eliminar as causas do problema da fome. Souza (2006, p. 116) define que a raiz do projeto fome zero é a “[...] capacidade em congregar ações típicas de política social com uma ação de desenvolvimento”. Tais atitudes culminaram na criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004.

Aliado a essas políticas, o governo Lula estimulou a expansão do crédito à pessoa física por meio da Lei n.º 10.820, de 17 de novembro de 2003, conhecida como Lei do Consignado, que permitia empréstimos e financiamentos parcelados com desconto na folha de pagamento do funcionário, o que fez a propensão ao consumo se elevar, servindo para diminuir o abismo existente entre o sonho de consumo de um bem móvel ou imóvel e a classe trabalhadora. Esta ação gerou uma repercussão imediata, com redução das taxas de juros e flexibilização dos prazos de pagamentos dos contratos. Assim, “[...] esta combinação de fatores permitiu que consumidores, alijados do mercado, fossem incorporados [...]” (MORA, 2015, p. 19).

Tivemos ainda a implantação de políticas de valorização do salário, que decorreu em um aumento real do salário-mínimo. Os resultados repercutiram com mais impacto nas regiões Norte e Nordeste por serem as áreas que concentram o maior número de pessoas com baixa renda, deste modo esta política contribuiu para o crescimento do mercado interno e estimulou a economia. A valorização dos salários acima da inflação foi conduzida pelas instituições de proteção aos trabalhadores, os sindicatos, por exemplo, que defenderam as reparações das perdas salariais no período, conseguindo vitórias importantes nas mesas de negociação, e uma delas “[...] estabelecia como limite para o reajuste salarial dos funcionários públicos o índice de inflação acrescido de 1.5% por um período de 10 anos [...]” (OLIVEIRA; BRIDI; FERRAZ, 2011, p. 49).

Na gestão do PT, o controle da inflação veio por intermédio do regime de metas inflacionárias, considerando que a inflação é baseada em pressupostos que interferem na demanda. Para se alcançar o controle desejado, foram utilizadas a taxa Selic e as políticas de austeridade, pois, segundo Barbosa (2012, p. 54), o “[...] BACEN¹ teve um excelente desempenho no controle da inflação, cumprindo rigorosamente as metas fixadas pelo CMN² [...]”, o que permitiu uma desenvoltura mais evoluída da economia no período, estimulando os bancos a emprestar dinheiro para investimentos. Estas ações levaram o Brasil rumo ao crescimento econômico com uma inflação controlada.

Outro ponto favorável da política petista foi adotar a estratégia Keynesiana de estímulo ao consumo, que para Zerbielli (2016, p. 41) “[...] teve um papel fundamental para o surgimento de uma dinâmica interna marcada pela dinamização e o crescimento econômico com base na expansão do mercado interno”. Aliado a isso, tivemos alta proporção de investimento público como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que resultou em um ambiente seguro para que o investimento privado também pudesse ser realizado, culminando em um mercado extremamente aquecido, permitindo que a economia reagisse de forma positiva. Tais ações contribuiriam para que o Brasil pudesse avançar para além do econômico, o social.

Outro marco temporal foi à continuação do governo petista em 2011, mas agora com a presidenta Dilma Vana Rousseff, que teve como pressuposto uma forte intervenção estatal na economia, com intenção de alargar o crédito para o mercado por intermédio dos bancos públicos e privados, no intuito de estimular o consumo e o investimento. Porém, para Dweck e Teixeira (2017, p. 37), tais medidas do governo tiveram uma “[...] atuação dos bancos públicos numa forte concorrência com os bancos privados, para reduzir os *spreads*³ bancários [...]”, o que deu aos bancos públicos uma fatia maior de participação no mercado financeiro, que poderia ser o primeiro passo para uma ruptura com as regras da elite vigente.

Em um panorama político, tivemos como ponto positivo do governo Dilma Rousseff, o combate à corrupção, sancionando a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dentro de suas atribuições fez com que não apenas o corrupto pague pelos seus atos, mas também os corruptores passassem a responder criminalmente. Tal fato dentro de um comportamento heterodoxo visa ao entendimento do padrão do funcionamento da

¹ Banco Central do Brasil.

² Conselho Monetário Nacional.

³ É a diferença entre o que um banco paga de juros a um investidor e o que ele cobra de juros nos empréstimos.

corrupção a ser combatido. Para Sá (2004, p. 135), tal comportamento aponta que a “[...] corrupção pública nada mais é do que a quebra da confiança do agente (burocratas e políticos) na sua relação com o principal (a sociedade)”, pois, para a heterodoxia, considera-se que o comportamento do agente, pode ser pautado na conduta dos que o cercam.

Outro marco do governo petista foi a queda na taxa de desemprego, a associação de políticas públicas como a Nova Matriz Econômica (NME) e teve por objetivo o estímulo da economia através dos gastos públicos, o que é puramente keynesiano. Outra medida foi a desoneração da folha de pagamento, que reativou o investimento, protegeu empregos e estimulou a geração de novos postos de trabalho. Assim, para Santos (2017, p. 44), tais “[...] políticas públicas de emprego e renda permitiram a geração de mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades, por meio de investimentos em setores estratégicos”, o que também proporcionou a formalização de quem estava informal. Desta vez, houve uma transição de governo, que ocorreu através do impeachment de Dilma e a posse de Michel Miguel Elias Temer Lulia. Temer tomou atitudes para mudança do cenário de estagnação, e uma delas é a desburocratização, que visa à eficiência da estrutura administrativa do Estado e nos deixa em desvantagens competitivas a nível mundial. Com o intuito de reverter esta situação, surge a Lei n.º 13.726, de 8 de outubro de 2018 que cria o Selo de Desburocratização e Simplificação que, segundo o Senado (2018, p. 1), tem por propósito “[...] reconhecer e estimular projetos, programas e práticas que simplifiquem o funcionamento da administração pública e melhorem o atendimento aos usuários”. Essas medidas permitiram que as soluções tecnológicas pudessem ser escalares no governo.

Outro ponto de foco do governo foi à expansão da terceirização das atividades fins com o objetivo de dinamizar a geração de empregos. Tais intervenções se fazem necessárias em detrimento da resseção no período, o que exige medidas enérgicas e salutares para a economia. Assim, para a expansão do número de postos de trabalho nas empresas em momentos de crise severa, adotam-se medidas de flexibilização de direitos, o que gera redução de despesas e, para Oliveira e outros (2020, p. 186), leva a empresa a “[...] minimizar custos com a mão de obra, encargos sociais, entre outros, consequentemente gerando mais contratações de profissionais através de uma terceirizada, prestadora de serviços, e assim gera mais empregos”. Com isso, reduzem-se as taxas de desemprego, e o Estado passa a ter apenas o papel da segurança e amparo social ao trabalhador.

Tivemos ainda como ponto positivo deste governo o equilíbrio da taxa do Sistema Especial de Liquidação de Custódia (Selic), o que ajudou o mercado nacional a fortalecer-

se, fazendo com que os investimentos pudessem ser retomados. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) registrou uma Selic de 14,25% a.a., no início do mandato de Temer, o que não é nada animador para as atividades econômicas. Contudo, o governo conseguiu reduzi-la para patamares longe dos ideais, mais palatáveis para a realidade inflacionária do período. Com isso, Advfn Brasil (2018, p. 1) informa que “[...] na última reunião de 2018, o Comitê de Política Monetária decidiu manter a taxa básica de juros da economia em 6,5% ao ano”, entregando este cenário para o novo governo, que assume em 2019.

3 CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO

O governo de Jair Messias Bolsonaro teve início em 2019 e administra, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2021, p. 1), uma inflação de 10,25%, impulsionada pelas altas dos combustíveis, alimentação, energia elétrica, por exemplo. A inflação corrói os ganhos adicionais na renda da população, reduz o poder de compra e obriga o governo a tomar medidas de combate, como o aumento da Selic, resultando em desestímulo para a atividade econômica, o que pode ocasionar um cenário de incerteza para os investidores e fazer com que eles deixem de investir por terem poucas expectativas positivas.

Em contra partida, para controlar a inflação, tomaram-se medidas enérgicas: “[...] o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic - juros básicos da economia - de 5,25% para 6,25% ao ano” (MÁXIMO, 2021, p. 1). Em setembro de 2021, tais medidas geraram esfriamento da atividade econômica, pois, quando sobe a Selic, aumentam também as taxas de juros dos financiamentos, cartões de crédito e empréstimos, o que leva a retração do consumo. Com isso, o impacto negativo na economia pode causar danos graves, pois a recuperação é lenta e depende da capacidade de investimentos do capital privado e dos gastos do governo. A Selic tem um papel de servir de referência para outras taxas de juros da economia, o que aumenta seu grau de importância para o governo.

Aliada ao câmbio, a Selic se torna uma importante ferramenta para atração do capital estrangeiro, algo que o atual governo está buscando. A política de desvalorização da moeda para aumento das exportações está impulsionando alguns setores da economia que exploram commodities, levando o país para reprimarização, pois não há políticas para potencializar a indústria nacional a ponto de concorrer no cenário internacional. O

dólar teve um percentual de crescimento elevado e, segundo Poder 360 (2021, p. 1), está cotado a “[...] R\$ 5,38 e já subiu 39% desde o início do governo de Jair Bolsonaro”. Essa desvalorização do real frente ao dólar permite que Brasil se torne competitivo e consiga exportar mais obtendo assim superávit na balança comercial.

Devemos observar neste cenário que todos os esforços voltaram-se para entregar a este governo uma governança segura, com controle dos gastos públicos. Por este motivo, o governo de Michel Temer empenhou-se para aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, demonstrando a preocupação e a responsabilidade com os gastos públicos durante 20 anos, porém não se imaginava que a pandemia da Covid-19 estivesse por vir, trazendo desafios econômicos, o que obrigou a sociedade a repensar o teto de gastos. Para D’agostini (2020, p. 25), “[...] o caos social está comprado caso a EC n.º 95/2016 permaneça em execução, uma vez que a economia demorará muito mais tempo para se recuperar, assim como o mercado de trabalho”, por consequência do congelamento dos gastos públicos, tornando-se impedimento para um realinhamento de programas de distribuição de renda.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objetivo apresentar as similaridades com as teorias Keynesianas no Brasil dentro do contexto histórico e atual. Tal teoria tem como pilar a intervenção do Estado na econômica, então, dentro desse cenário, percebem-se umas similaridades presente no país desde a década de 1950 quando o Estado era o motor do desenvolvimento brasileiro com investimentos públicos e gerador de empregos, fomentador do capital nacional e também responsável pela distribuição de renda. Tais ações de uso do Estado são abordagens da teoria Keynesiana.

Em uma construção contínua da realidade econômica brasileira ao longo do tempo, tivemos mudanças significativas nos anos 90 com FHC, que estabilizou a moeda frente ao dólar, diminuiu o Estado com políticas de privatizações para torná-lo mais eficiente e também organizou os mercados setorizando ao criar as agências reguladoras que, por sua vez, são responsáveis por elaborar normas e regras que regem o mercado. Deste modo, têm-se segurança empresarial, ambiente propício para investimento e redução da incerteza. O governo FHC implantou no país os primeiros programas de distribuição de renda de forma direta para a população mais carente. Vale-gás e bolsa escola são exemplos destes programas, e tais ações demonstram o alinhamento com a teoria Keynesiana quando organiza e usa o Estado em prol do benefício social.

Dando continuidade a este modelo de gestão, tivemos o governo Lula, que garantiu estabilidade da moeda, estimulou o consumo pela expansão do crédito, crescimento real dos salários com políticas valorização salarial acima da inflação, controle da inflação pela taxa de juros, programas de investimento públicos como o PAC, expandiu os programas de distribuição de renda exemplo: o programa bolsa família, que faz transferência de renda direta a famílias mais pobres e lutou pela erradicação da fome no país. Com o programa Fome Zero, as ações deste governo demonstram uma ampla similaridade Keynesiana quando o Estado torna-se forte e agente de transformação socioeconômico.

Ainda no governo petista, tivemos a presidente Dilma, que também buscou o estímulo ao consumo, utilizando os bancos públicos, impulsionando crédito a população. Outra política pública adotada foi a Nova Matriz Econômica, que obteve como resultado a redução na taxa de desemprego, o que podemos identificar como uma busca pelo pleno emprego. Outro ponto de destaque foi o combate à corrupção que torna o Estado mais eficiente. Estas ações apresentam uma similaridade Keynesiana, pois são aspectos abordados na teoria e potencializam a utilização do Estado como responsável por tais mudanças.

No pós-governo PT, tivemos Michel Temer que também adotou políticas que visam à eficiência do Estado por meio das medidas de desburocratização. No entanto, assumiu política pública que retirou direitos dos trabalhadores e ampliou a terceirização em atividades fins por meio da reforma trabalhista em 2017 no intuito de baratear os custos de mão de obra e expandir os postos de trabalho, além de ter reduzido a taxa de juros. Esses critérios adotados pelo governo são similares à Teoria Keynesiana, pois em todas estas articulações é de extrema importância a presença firme do governo.

O cenário atual, já no governo Jair Bolsonaro, mostra a luta travada entre inflação e taxa de juros. Aliado a isso, há ainda o desafio do teto de gastos em meio à pandemia da Covid-19 que elevou os gastos do governo. O teto de gastos impede o crescimento do Estado, limita o desenvolvimento, tornando-se barreira para o investimento privado e deixando o Estado sem tração, o que acaba por resultar em uma economia estagnada e em crise. Este panorama evidencia a dificuldade que o governo tem para alocar capital político e reverter o cenário. Estas ações vão contra a teoria Keynesiana, pois a mesma prega um Estado tracionado e impulsionador, além do fato de a inflação agir sobre a oferta e a taxa de juros sobre a demanda, o que coloca o governo atual em um contexto de desvantagem econômica e política.

Todas estas ações demonstram que as similaridades com a teoria Keynesiana são muito presentes na economia brasileira ao longo do recorte histórico apresentado, no entanto, quando o governo tem um comportamento contrário, o resultado tende a levar ao cenário de estagnação e crise. O alcance dos resultados das políticas públicas adotadas pelos governos desde os anos 50 aponta para a eficácia da teoria quando atingem soluções positivas e satisfatórias, o que nos leva a entender o grau de importância da intervenção do Estado na economia, como uma espécie de Simbiose, uma relação diretamente ligada à questão da recuperação econômica e a distribuição de renda.

REFERÊNCIAS

ADVFN BRASIL. **Evolução da Taxa Selic em 2018**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://br.advfn.com/indicadores/taxa-selic/2018>. Acesso em: 24 out. 2021.

BARBOSA, Fernando de Holanda. O Banco Central no Governo Lula. **Revista Economia e Tecnologia**, Curitiba, v. 7, p. 49-54, 2012. <http://dx.doi.org/10.5380/ret.v7i0.26878>.
BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Economia, estado e democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, , n. 28-29, p. 201-208, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100008>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. República da Presidência. Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10820-17-dezembro-2003-497441-normaatuizada-pl.html>. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. República da Presidência. Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12846-1-agosto-2013-776664-normaatuizada-pl.html> . Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. República da Presidência. Lei n.º 13.726, de 8 de outubro de 2018. Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13726-8-outubro-2018-787227-publicacaooriginal-156547-pl.html> . Acesso em: 30 out. 2021.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtez. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, DF: Ipea, 2013.

CASAGRANDE, Elton Eustáquio. **As teorias keynesianas do investimento**. 1993. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Empresas, Departamento de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1993. Cap. 4.

COSTA, Ágata Flávia. **Análise da crítica pós-keynesiana à política econômica adotada no governo FHC (1994-2002)**. 2005. 71 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Cap. 5.

D'AGOSTINI, Luciano Luiz Manarin. Pandemia do Covid-19 e a urgência da extinção do teto dos gastos. **A Economia em Revista**, Maringá, v. 28, n. 2, p. 11-29, 2020.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Textos para Discussão**, Campinas, v. 1, n. 303, p. 1-42, 2017.

GHIORZI, Jorge Barrozo. **Política monetária dos governos FHC e Lula**. 2005. 78 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Cap. 4.

GRASEL, Dirseu; SANTANA, Edvaldo Alves de. Os modelos de keynes e kalecki e o investimento produtivo na Brasil: 1980/90. **Revista de Estudos Sociais**, Cuibá, v. 1, n. 2, p. 87-116, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação**. Rio de Janeiro, [2021]. IPCA acumulado de 12 meses. IPCA acumulado de 12 meses. 2021. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 24 out. 2021.

MÁXIMO, Welton. Copom eleva juros básicos da economia para 6,25% ao ano: decisão era esperada pelo mercado financeiro. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-09/copom-eleva-juros-basicos-da-economia-para-625-ao-ano>. Acesso em: 24 out. 2021.

MORA, Mônica. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. (Texto para Discussão, n. 2022).

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora Ltda, 2011.

OLIVIERA, Claudia Sobreiro de et al. **Elas na Advocacia**. Porto Alegre: OAB/RS, 2020.

REIS, Cristina Fróes de Borja. Investimento público e desenvolvimento econômico: análise aplicada ao brasil entre 1950 e 2006, com base em uma perspectiva teórica keynesiana e estruturalista. **Revista de Economia Heterodoxa**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 53-77, 2008.

RESENDE, Anne Caroline Costa; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Avaliando Resultados de um Programa de Transferência de Renda: o impacto do bolsa-escola sobre os gastos das famílias brasileiras. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 235-265, 2008.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de collar ao primeiro governo fhc). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 393-420, 2019.

RODRIGUES, Douglas. Dólar está em R\$ 5,38 e já subiu 39% desde o início do governo Bolsonaro: quando iniciou a administração atual, em 1º de janeiro de 2019, a moeda norte-americana estava cotada em R\$ 3,87. **Poder 360**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/dolar-atinge-r-57-esalta-27-na-semana/>. Acesso em: 24 out. 2021.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. Avaliação da educação superior, reforma do Estado e agências reguladoras nos governos FHC. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 15, n. 1, p. 120-134, 2008.

SÁ, Luís Filipe Vellozo Nogueira de. **Economia da corrupção, instituições e convenções: as perspectivas ortodoxa e heterodoxa**. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004. Cap. 5.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção Multicultural da Igualdade e da Diferença. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 135, p. 1-61, 1999.

SANTOS, Suzana de Sousa. **Análise do panorama do emprego formal no primeiro governo Dilma Rousseff: ajuste fiscal e mercado de trabalho**. 2017. 47 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão das Políticas Públicas, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, 2017. Cap. 6.

SARAIVA, Flávia Carvalho Mendes; MENDONÇA, Maria Lírida Calou de Araújo e. A Extrafiscalidade como política pública garantidora dos direitos fundamentais. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, Fortaleza, v. 6, n. 16, p. 91-119, 2016.

SENADO FEDERAL. Entra em vigor lei que simplifica contato entre cidadão e poder público Fonte: Agência Senado. **Agência Senado**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/23/entra-em-vigor-lei-que-simplifica-contato-entre-cidadao-e-poder-publico>. Acesso em: 23 out. 2021.

SOUZA, Luciana Rosa de. **Uma análise preliminar do Programa Fome Zero como uma política social de desenvolvimento**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Cap. 6.

ZERBIELLI, Adriano Gustavo. Ascensão social pelo consumo e projeção internacional do Brasil no Governo Lula. **Contra Ponto**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 23-43, 2016.